



**PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO DE
GÊNERO NO SISTEMA ESTADUAL
DE REDD+ DO AMAZONAS:
5 PASSOS PARA A INCLUSÃO DE MU-
LHERES EM PROJETOS DE REDD+**

Lei Estadual de
Serviços Ambientais
do Amazonas

FICHA TÉCNICA

Proponente do projeto

Governo do Estado do Amazonas

Coordenação geral

Fundação Amazonas Sustentável (FAS)

Supervisão do projeto

Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)

Eduardo Costa Taveira - Secretário de Estado

Luzia Raquel Queiroz Rodrigues Said - Secretária Executiva

Christina Fischer - Secretária Executiva Adjunta

Elaboração do estudo

Marina Brito Pinheiro

Revisão do texto

Luis Henrique Piva (Revisor Chefe)

Gabriela Passos Sampaio (FAS)

Leticia Oliveira Cobello (FAS)

Kiviane Castro Ribeiro (FAS)

Francisco Itamar Gonçalves Melgueiro (SEMA)

Jamile Alves de Araújo (SEMA)

Projeto gráfico e diagramação

Tanous O’Azzi

Franklin Carioca Cruz

Colaboração

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM)

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA)

Fundação Vitória Amazônica (FVA)

Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil)

Data de publicação

Novembro 2020

Apoio

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force)

Ministério Real Norueguês do Clima e Meio Ambiente

As opiniões expressas pela publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a visão oficial de nenhum dos governos envolvidos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Perspectivas de inclusão de gênero no sistema estadual de REDD+ do Amazonas [livro eletrônico] : 5 passos para a inclusão de mulheres em projetos de REDD+ : lei estadual de serviços ambientais do Amazonas. -- 1. ed. -- Manaus, AM : Fundação Amazonas Sustentável, 2020.

PDF

ISBN 978-65-990830-9-9

1. Amazonas 2. Conservação da natureza 3. Ecologia 4. Meio ambiente 5. Preservação ambiental 6. Sustentabilidade ambiental.


20-49987

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade ambiental : Ecologia 304.2

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO DE GÊNERO NO SISTEMA ESTADUAL DE REDD+ DO AMAZONAS: 5 PASSOS PARA A INCLUSÃO DE MULHERES EM PROJETOS DE REDD+

Lei Estadual de
Serviços Ambientais
do Amazonas



APRESENTAÇÃO DO PROJETO



O estado do Amazonas possui em seu território a maior porção de Floresta Amazônica Brasileira, com mais de 90% de seu território coberto por florestas, dos quais cerca de 57,9% correspondem a Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

A floresta amazônica é responsável pela provisão de diversos serviços ambientais indispensáveis para o bem-estar da humanidade e equilíbrio global, como manutenção do ciclo da água, manutenção e estabilidade do clima, ciclagem de nutrientes, fornecimento de alimentos, fibras, combustíveis, entre outros. Por conta destes serviços ambientais, a floresta amazônica possui um papel muito importante no contexto das mudanças climáticas.

No entanto, é necessário o desenvolvimento de marcos jurídicos que permitam a estruturação de políticas públicas voltadas à valorização, valoração e conservação dos serviços ambientais, conciliados com a geração de benefícios sociais.

O Amazonas abriga atualmente o maior estoque de carbono florestal da

Amazônia Legal, os maiores volumes de água doce do mundo – Rios Amazonas, Negro e Solimões e grande porção das espécies da flora e fauna com a mega biodiversidade animal, vegetal e vasta diversidade cultural e étnica de seu território.

O Estado tem avançado em suas políticas de desenvolvimento sustentável e valorização dos ativos ambientais. E como parte dessa trajetória de avanços a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), com apoio da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), implementou entre junho de 2019 e julho de 2020 o projeto “Regulamentação e Implementação da Lei Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas”, que visou apoiar a criação do Sistema Jurisdicional de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) do Amazonas. A construção desse Sistema gerou importantes contribuições para que o Estado possa atingir as metas de reduções de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) oriundas do desmatamento, conforme

pactuado na Declaração de Rio Branco e pontuado nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) brasileira, ao mesmo tempo, foi possível promover abordagens que visam concretizar incentivos econômicos para que as populações tradicionais possam desenvolver atividades econômicas sustentáveis que resultem também na melhoria da qualidade de vida de quem protege as florestas. O projeto foi viabilizado pelo Edital “Janela A” da Força Tarefa dos Governadores pelo Clima e Florestas (*GCF Taskforce*), gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e subsidiado pelo Ministério Norueguês do Meio Ambiente e Clima. Neste documento é apresentado o componente de integração de Gênero, produzido por consultoria especializada na temática. A finalidade da abordagem aqui apresentada consiste em promover recomendações, na forma de um guia prático para a inclusão de mulheres nas políticas e projetos de conservação ambiental.



SUMÁRIO

Introdução	9
1. Inclusão da Perspectiva de Gênero no Projeto	10
2. Diagnóstico sobre a Situação das Mulheres no Amazonas	13
3. Estratégia de Integração de Gênero	14
4. Implementação da Estratégia de Gênero	16
5. Considerações e Recomendações	18
6. Referências	19
Anexos	20
Glossário	21



INTRODUÇÃO

Esse resumo tem como objetivo relatar as experiências com a integração de gênero no projeto de Regulamentação e Implementação da Lei Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas (LSA). Além disso, procura gerar e divulgar informações e colaborar para iniciativas futuras relacionadas à temática de gênero e mudanças climáticas, particularmente às iniciativas de Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal, considerando a conservação e o aumento dos estoques de carbono florestal e manejo sustentável de florestas (REDD+) no Brasil, dado o pouco conhecimento acumulado sobre o entrelaçamento entre esses temas no país.

O projeto mencionado teve como produto final a elaboração de uma minuta de decreto que oferecesse o enquadramento necessário para a implementação da política de REDD+ jurisdicional do Amazonas, habilitando o estado para a recepção dos incentivos financeiros relacionados à conservação florestal. Com vistas a garantir a incorporação das questões de gênero no projeto, se estabeleceu um percurso que reflete experiências e metodologias adotadas globalmente por organizações internacionais e não governamentais nas mais diversas áreas em que atuam. As experiências e aprendizados da adaptação dessas estratégias no contexto da Amazônia brasileira são narrados à frente.

A integração de gênero em 5 passos

Ao longo desse resumo, serão apresentados o que se optou por denominar passos para a elaboração e implementação da estratégia de gênero no projeto de regulamentação do Programa de Clima e Carbono da Lei de Serviços Ambientais.

Eles cumprem o papel de ser um guia não apenas em projetos de regulamentação de legislação relacionada ao REDD+, mas também nos mais diversos projetos relacionados à conservação florestal e ambiental.

1. INCLUSÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO PROJETO

Uma das primeiras etapas da elaboração e implementação da estratégia foi a revisão do projeto a partir de uma perspectiva de gênero, buscando compreender o potencial e as lacunas existentes. As ações planejadas foram organizadas em 5 eixos, incluindo atividades que proporcionassem os subsídios necessários para a elaboração da legislação regulatória, tais como a definição do sistema estadual de REDD+, estudos de caso de iniciativas para geração de serviços ambientais a partir de cadeias produtivas sustentáveis, já em desenvolvimento no estado e a construção participativa das salvaguardas socioambientais desse sistema, refletindo o arcabouço das Salvaguardas de Cancun e o processo de adaptação da mesma em contextos regionais e locais.

No processo de revisão do planejamento, identificou-se que havia algumas lacunas na abordagem de gênero. Em primeiro lugar, ressalta-se que é importante, em projetos dessa natureza, compreender em que medida que as ações propostas se inserem no contexto tanto das políticas e direitos das mulheres como das populações tradicionais e indígenas do estado e quais os possíveis impactos e principalmente, riscos, a esses grupos populacionais.

Também é comum atribuir à temática de salvaguardas o papel de se endereçar as iniciativas relacionadas a gênero. Ao contrário, é importante para se obter um planejamento que de fato integre gênero, que esse olhar perpassa o desenho do maior número possível de etapas e atividades relacionadas à execução do projeto. A UN-REDD [2013], em seu guia para integração de gênero nas iniciativas de REDD+, sugere um leque amplo de elementos que podem ser repensados desde uma perspectiva de gênero, incluindo aspectos técnicos como o estabelecimento de linhas de base e sistemas de monitoramento, relato e verificação (MRV), entre outros parâmetros importantes para o estabelecimento de sistemas de REDD+.

Por outro lado, a análise permitiu observar potenciais de atuação em cada um dos eixos de ação. Apesar de alguns ajustes demandarem a mobilização de recursos tanto de tempo, quanto humanos e financeiros, observou-se que determinadas sugestões poderiam tornar o planejamento mais sensível a gênero sem aumento nos custos, com destaque para elaboração de uma matriz de risco que incluísse os riscos sociais, apontando possíveis impactos adversos às populações do estado, especialmente a feminina. Além disso, buscou-se acentuar a transparência e inclusividade, ancoradas em ações de comunicação, capacitação e consulta.

A experiência revela que alguns aprendizados e recomendações para a elaboração de planejamentos sensíveis a gênero. Entre eles podemos citar:

- Há formas simples e não onerosas de se retratar a preocupação das(os) planejadores com mulheres, comunidades tradicionais e populações vulneráveis. Apresentar um diagnóstico social, com dados desagregados por sexo na contextualização dos projetos e em outras medidas como em linhas de base, quando aplicável, aponta para a sensibilidade das(os) gestoras(es) com os grupos que podem vir a serem afetados tanto positiva quanto negativamente. É fundamental identificar grupos populacionais relevantes, tais como jovens, idosos e população indígena.
- A adoção de linguagem inclusiva, com o uso de palavras flexionadas no feminino e masculino é outra forma de tornar documentos, relatórios e publicações sensíveis a gênero. O uso do gênero masculino para expressar a totalidade de um grupo ou categoria, por exemplo, tem o efeito de tornar simbolicamente invisível as mulheres. Além disso, e por isso, quando usamos termos no feminino e masculino, reforçamos simbolicamente que as mulheres também podem e devem participar ou, de outra forma, são parte dos processos ou temas sobre os quais estamos falando.

2. DIAGNÓSTICO SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES NO AMAZONAS

- Ao elaborar planos de negócios que envolvam a agricultura ou empreendimentos familiares é essencial que se observe os papéis e contribuição de mulheres e homens para as atividades de geração de renda do grupo. Caso contrário, há grandes chances de que a distribuição de benefícios seja desigual, favorecendo mais os homens que as mulheres.
- Em ações relacionadas a estudos e assessorias para o desenvolvimento de negócios e produção sustentáveis, sugere-se que parte das pessoas beneficiadas seja mulher. É comum ter-se como referência uma porcentagem mínima de participação feminina de 30%. E.g.: Em uma ação planejada de prestação de assistência técnica para um grupo de trabalhadoras(es), o ideal é que pelo menos 30% dessas(es) sejam mulheres.
- É interessante, em estratégias de captação de recursos, redigir projetos sensíveis a gênero, mas também projetos que visem atuar diretamente sobre a redução das desigualdades entre mulheres e homens e a promoção dos direitos das mulheres.
- Elaborar planos de comunicação que aproximem e incluam as populações, particularmente as mulheres nas atividades executadas. O uso de linguagem inclusiva e acessível promove transparência aos processos. No caso descrito aqui, levando-se em conta que mulheres e populações vulneráveis serão afetadas(os) diretamente por essa legislação e institucionalidade a ser criada foi essencial o envolvimento desses grupos para cumprir com as salvaguardas de REDD+, garantir uma abordagem pautada pelo respeito aos direitos humanos e conquistar a adesão dos grupos que receberão os benefícios e serão instrumento chave na conservação almejada das florestas do estado.

Passo 1: Contar com um(a) especialista no tema

A presença de um(a) especialista de gênero no projeto é proveitosa na medida em que:

Pode-se contar com profissional com conhecimentos e formação adequada para conduzir o debate sobre as questões de gênero;

Cria um ponto focal para a equipe, podendo colaborar em todas as etapas da execução da iniciativa;

A presença desse tipo de profissional tem efeito simbólico de ressaltar a relevância do tema no projeto, tanto para a equipe quanto para atoras(es) externas(os).

Diagnósticos são essenciais para o planejamento de ações e estratégias. Compreender a realidade e os desafios enfrentados pelas mulheres no contexto onde o projeto seria desenvolvido ofereceu um quadro mais amplo para a elaboração das ações.

O estudo se dividiu em dois eixos principais. O primeiro analisou dados sociodemográficos, econômicos e discutiu temas que têm sido recorrentemente ressaltados por organizações e movimentos feministas como desafios vividos pelas mulheres na atualidade, tais como a violência de gênero e a participação política das mulheres. Também investigou a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas no estado, prospectando grupos e outras(os) atoras(es) coletivos com os quais se possa buscar, no futuro, alianças em ações voltadas ao tema.

O segundo teve como finalidade compreender como as políticas públicas têm atendido as mulheres no estado. A estrutura do diagnóstico foi estabelecida buscando aliar temas centrais que afetam as mulheres e temas relacionados ao contexto social e político sobre o qual o projeto incidirá. Entre eles estão as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, de desenvolvimento rural e ambiental.

Observou-se também que, não obstante haver cada vez mais reconhecimento da importância de se endereçar as desigualdades baseadas em gênero e as formas pelas quais as mulheres têm sido excluídas nos processos de tomada de decisão e no planejamento de projetos sociais e políticas públicas, há poucos estudos e projetos voltados para a integração de gênero nas políticas ambientais. No que diz respeito aos serviços ambientais e iniciativas de REDD+ o debate é ainda mais restrito o que reforça a importância de realização de diagnósticos.

Passo 2: Incluir no planejamento uma perspectiva de gênero

Idealmente, é importante que os planos de trabalho de programas, projetos e ações sejam elaborados sob uma perspectiva sensível a gênero. Quando isso não acontece, como no caso aqui relatado, um dos primeiros passos para uma estratégia de integração de gênero é a revisão do plano de trabalho existente, de maneira a identificar lacunas e potencialidades do planejamento no que diz respeito à abordagem das questões de gênero.

Na iniciativa de regulamentação da LSA, esse passo foi fundamental para atuar de maneira pragmática e eficaz otimizando os recursos disponíveis atuando em todos os aspectos das ações previstas. Num projeto complexo e coletivo como a regulamentação da LSA, uma adequada apropriação do plano de trabalho do projeto foi fundamental para garantir a integração.

3. ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DE GÊNERO

Passo 3: Diagnóstico Socio-territorial

O diagnóstico socioterritorial, como é chamado no âmbito da implementação de políticas públicas, é uma pesquisa com o fim estratégico de subsidiar o planejamento de intervenções.

O diagnóstico mapeia as dinâmicas e peculiaridades de onde vivem as populações com potencial de serem afetadas. Pretende identificar não apenas quais são as principais questões sociais, mas também quais as ações já existentes, movimentos, instituições e ONGs atuando no território de abrangência.

Preparar um amplo diagnóstico socioterritorial focado nas questões de gênero foi de grande utilidade para a elaboração do percurso da integração e para construir conhecimentos relevantes que subsidiaram ações do projeto.

As premissas que guiaram a elaboração do plano de ação da estratégia de integração de gênero dialogam com as recomendações internacionais ao mesmo tempo em que se adaptam às realidades locais e, principalmente, ao enquadramento do projeto Regulamentação e Implementação da Lei Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas. Também se teve como parâmetro as restrições de tempo e recursos para a implementação de uma estratégia abrangente. Organizou-se o planejamento em seis objetivos que, na medida do possível, guardam paralelo com a organização do plano de trabalho do projeto. Ao final resultaram os seguintes eixos: (i) Oficinas regionais; (ii) Processos de capacitação; (iii) Estratégia de comunicação; (iv) Pesquisa; (v) Captação de recursos e (vi) Avaliação do projeto com foco em gênero.

Entre os princípios mencionados, especial atenção foi dada à transparência e a inclusão – traduzida aqui pelo incentivo à participação feminina nos processos de tomada de decisão dado o diagnóstico de que ainda há dificuldades em promover a participação das mulheres em associações, espaços de participação social nas políticas públicas e, de maneira geral, no debate público. Esses princípios se destacam também nas recomendações frequentemente apontadas nos estudos sobre o tema, tais como a importância de promover uma participação equânime no Consentimento livre, prévio e informado (CLPI) e na definição da partilha de benefícios. Além de garantir processos justos e democráticos, a transparência e accountability tem um papel fundamental para a legitimidade de projetos e programas, sendo uma estratégia relevante para garantir a participação das mulheres, como também para aumentar a sustentabilidade dos resultados alcançados. Nesse sentido objetivou-se cumprir o papel de trazer as vozes das mulheres para o centro das atividades e abrir espaço para que o tema continue a ser debatido quando a regulamentação for aprovada.

Outro ponto sobressaltado é a necessidade de conscientização de organizações governamentais e não governamentais que atuam no escopo das políticas de conservação florestal e mitigação das mudanças climáticas. São atoras(es) que poderão fazer parte do arcabouço de governança do sistema de REDD+ no estado e que, em alguns casos, ainda têm pouco conhecimento acumulado sobre os possíveis impactos das iniciativas de REDD+ na vida das populações que vivem nas regiões de floresta e aos múltiplos benefícios que os essas iniciativas podem oferecer a elas. Dessa forma, desenhou-se o eixo de processos de capacitação como uma forma de gerar capacidades e consciência sobre as questões de gênero, tendo como alvo as populações possivelmente impactadas e outras partes interessadas que irão interagir com os sistemas de pagamento por serviços ambientais (PSA) e REDD+ no estado.

O impacto esperado das ações concebidas no plano foi, portanto, promover maior participação das mulheres no debate e conhecimento sobre a relevância de se discutir gênero e co-benefícios em projetos de REDD+. O plano visou construir um mapa de recomendações e instruções para a adequada implementação das ações e para o futuro sistema de REDD+ jurisdicional a ser criado. Também detalha indicadores de desenvolvimento e resultado, riscos, desafios e formas de abordá-lo.

4. IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE GÊNERO

Passo 4: Estratégia de integração de gênero

Elaborar um plano de ação é uma etapa central do planejamento de qualquer tipo de atividade ou projeto.

Nesse momento os conhecimentos e informações adquiridos nos passos anteriores devem ser a base para a preparação da ferramenta.

É pertinente ressaltar que o planejamento deve ser realizado de maneira pragmática e objetiva. Existem desafios e impactos a serem endereçados no curto, médio e longo prazo e nem sempre há recursos financeiros, humanos e de tempo para propor ações que visam impacto de médio ou longo prazo.

O detalhamento das ações e os motivos para optar por elas também é uma maneira útil de capacitar e envolver as equipes que trabalharão no projeto e que podem não ter conhecimento acumulado sobre gênero.

Como parte da implementação da estratégia de integração, algumas atividades foram conduzidas pela especialista de gênero encarregada do desenho do plano de trabalho. Entre as atividades realizadas, ganharam destaque a participação nas reuniões do time de especialistas que deram andamento ao projeto, assim como na elaboração e execução das oficinas de apresentação do projeto e debate sobre as salvaguardas. Também foram executadas ao longo do período de vigência do projeto, a elaboração de material informativo sobre gênero e conservação florestal, assim como uma formação com atoras e atores que atuam tanto em organizações governamentais como não governamentais.

Ao envolver especialistas na temática em todos os processos, evitando a criação de “guetos” de gênero, há maiores chances de se obter resultados consistentes no que diz respeito à inclusão de uma perspectiva sensível às assimetrias que podem levar o projeto a impactar de maneira diferente mulheres e homens. A experiência na regulamentação de parte da Política do estado do Amazonas de Serviços Ambientais (LSA) reforça a importância de se compreender gênero como tema transversal a todas as etapas da dinâmica de uma ação.

Como parte dos eixos de comunicação e capacitação, foram elaborados materiais informativos e processos de formação. Conscientizar e formar equipes que atuam nas políticas públicas, seja no meio governamental quanto entre as entidades não governamentais, é um desafio contínuo e de longo prazo na área ambiental. Com a estratégia, foi possível abrir espaço para ampliar o alcance dos processos de formação, atingindo não apenas profissionais que atuam no projeto, mas também outras áreas da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e outras(os) parceiras(os) do projeto.

Um dos principais momentos da implementação do plano de trabalho foi a participação no ciclo de oficinas voltadas para o debate acerca das salvaguardas do sistema estadual de REDD+. As oficinas ocorreram em seis cidades amazonenses (Apuí, Novo Aripuanã, Manaus, Tefé e São Gabriel da Cachoeira), contando com a participação de 292 pessoas, sendo 44% delas mulheres. Nas oficinas, duas estratégias foram utilizadas para promover o debate sobre as questões de gênero. A primeira foi inclusão da temática de gênero e gerações em um dos grupos de trabalho que faziam parte da dinâmica da oficina.

A segunda foi a realização de entrevistas e questionários com mulheres que participaram das oficinas. Inicialmente, utilizaram-se questionários impressos auto aplicados, todavia, o uso dessa

alternativa em locais onde há ainda desafios à alfabetização de jovens e adultos, mostrou-se um obstáculo. A opção pela realização de entrevistas semiestruturadas foi a forma encontrada de dar voz às mulheres participantes e colaborar para uma compreensão mais abrangente dos desafios e anseios das amazonenses vivendo nas cidades visitadas. Foi também um instrumento de estabelecimento de vínculos com as participantes, deixando-as mais à vontade para participar e expor suas opiniões e experiências de vida¹.

A diversidade étnica-cultural foi um dos aspectos que mais chamou a atenção nas entrevistas e nas oficinas. As grandes distâncias, o contexto de isolamento regional causado pela quase ausência de meios de transporte acessíveis para deslocamento no interior do estado, colaboram para a existência de dinâmicas sociais e, conseqüentemente, demandas diferentes em cada uma das regiões visitadas. A despeito disso, alguns temas foram comuns à maioria deles, tais como violência de gênero e autonomia econômica. As amazonenses no interior do estado lidam com violações de direitos básicos como frequentar a escola, trabalhar ou participar politicamente. São violações que impõem um grande desafio ao sistema de REDD+.

A implementação mostrou que para além dos recursos financeiros e humanos, uma estratégia de gênero eficiente demanda uma janela de execução maior e com ações que visem impactos não apenas de curto, mas também de longo prazo, criando as condições para que o conhecimento acumulado e capacitação das(os) mais diversas(os) atoras(es) possa ser um dos resultados do projeto e, assim, pavimentar um caminho para que abordagens das questões ambientais sensíveis a gênero sejam cada vez mais empregadas.

Passo 5: Implementação da estratégia de integração de gênero

A implementação da estratégia de gênero deve sempre que possível contar com a participação de toda a equipe do projeto.

É interessante que o(a) especialista de gênero ou uma pessoa focal na equipe, seja responsável pela implementação do plano de integração de gênero. A ausência de papéis claros no que diz respeito à execução da estratégia pode levar a uma baixa execução do plano de trabalho planejado.

¹ O estabelecimento de vínculos anteriormente às atividades coletivas já foi apontado em outros estudos como uma metodologia eficiente de promover um ambiente propício à participação feminina (AALERUD et al, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

No que diz respeito às questões de gênero e a proteção e promoção dos direitos das mulheres, há ainda muito que se construir no campo de atuação das instituições e organizações governamentais e não governamentais na área do meio ambiente. Mesmo que tenham ocorrido inúmeros avanços ao longo da última década, há um longo caminho a ser percorrido no entendimento da validade de uma abordagem que incorpore os co-benefícios como resultado a ser alcançado por projetos e políticas de meio ambiente e conservação Florestal como o REDD+.

A despeito disso, há uma crescente pressão para que se abordem os impactos sociais e não apenas ambientais das atividades conservacionistas. Isso levou ao investimento no estabelecimento de núcleos ou grupos de trabalho que atuam nos efeitos de atividades conservacionistas nas populações que vivem em áreas que se busca preservar, muitas vezes chamadas de “áreas sociais” das organizações. Esse avanço, não obstante, pode induzir ao surgimento de dicotomias entre os grupos que lidam com as questões sociais e os que atuam nos aspectos ambientais propriamente ditos, as “áreas técnicas”. A ausência de integração entre as áreas pode afetar tanto os resultados tanto relacionados à conservação, quanto à melhoria das condições de vida daqueles que vivem em áreas de valor ambiental.

Esse certamente é um dos principais desafios ao planejamento e implementação de ações que garantam a inclusão de uma perspectiva sensível a gênero em projetos da área. Na experiência das ações relacionadas à regulamentação do Programa de Clima e Carbono - subprograma de REDD+, eixos do projeto compreendidos como “técnicos” não puderam ser incluídos na estratégia de modo satisfatório. Observa-se que algumas definições importantes relacionadas à governança do sistema, assim como de repartição de benefícios e rotinas de mensuração, relato e verificação (MRV), foram estabelecidas sem a participação efetiva de mulheres e populações tradicionais.

Desafios como esse, no entanto, demandam uma atuação que vise resultados de médio e longo prazo. O estabelecimento de articulações entre as(os) diversos eixos do projeto poderia resultar em maior integração de gênero e maior inclusividade caso houvesse

uma janela de execução mais longa para o projeto. A participação de especialista de gênero em processos de construção coletiva da regulamentação do Projeto de Regulação do Clima e Carbono foi um espaço para a construção e difusão de conhecimento coletivo sobre a importância de se endereçar as questões de gênero em ações de conservação florestal, como apontado acima, no entanto, houve pouco tempo para o aprofundamento do diálogo. Mesmo com os obstáculos encontrados, todavia, a inserção de especialista no projeto, acompanhando diversas etapas da elaboração da legislação, juntamente com o esforço de produção de conhecimento e capacitação sobre o tema foram aspectos cruciais para o sucesso da integração e pode ser visto como uma boa prática a ser seguida.

Cabe relembrar a necessidade de se aprofundar os conhecimentos e compreensão de como as iniciativas de conservação florestal como um todo e de REDD+ especificamente, afetam diferentemente mulheres e homens. As experiências no Brasil e outras partes do mundo têm mostrado que as mulheres são frequentemente alijadas do seu direito à autodeterminação e tomada de decisões em projetos que são desenhados sem levar em conta assimetrias de gênero existentes, gerando efeitos sociais adversos e distribuição injusta e desigual de benefícios.

Por fim, na região amazense, além das desigualdades entre mulheres e homens, também é primordial compreender e adotar uma abordagem interseccional sobre a situação das mulheres. O estado apresenta grande diversidade de raça, etnia e cultural. As mulheres oriundas de populações tradicionais, indígenas e agricultoras familiares (entre outras) convivem e experimentam desigualdades entre si que não podem ser desconsideradas. As diferenças entre elas também demandam metodologias de atuação diferentes: as mulheres das cidades, ribeirinhas e indígenas – entre outras – enfrentam e enxergam diferentemente os desafios impostos a elas e, por isso, as soluções a serem propostas devem estar em consonância com seus anseios e pontos de vista. Nesse sentido, a integração de gênero nos projetos e as intervenções realizadas devem, sempre que possível, partir de um diagnóstico que envolva essas mulheres e dê voz às suas perspectivas.

6. REFERÊNCIAS

AALERUD, Ellen; EGGERTS, Elizabeth; PAZ, Clea; VILLAR, Yolanda; JIMENEZ, Javier. **Enfoques y experiencias de género en procesos de REDD+ en América Latina Lecciones de Chile, Ecuador, Panamá y Perú.** UN-REDD. 2017.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **O que é REDD+.** Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/pub-apresentacoes/item/82-o-que-e-redd>. Acesso em 07 Jan 2020.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andréia. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça: GPP-GeR, Módulo I.** Rio de Janeiro: CESPE; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

WONG, Grace Yee et al. Narratives in REDD+ benefit sharing: examining evidence within and beyond the forest sector. **Climate Policy**, 2019. p. 1-14.

UN-REDD. **Guidance Note on Gender Sensitive REDD+.** UNREED: 2013.

ANEXOS

ANEXO 1: Questionário para diagnóstico da participação das mulheres aplicado na oficina de Salvaguardas Socioambientais em Apuí -AM.

1) Idade: _____ anos.

2) Sexo: Masculino Feminino

3) Tem filhas/os? Sim Não Se tem filhos, quantos tem? _____

4) Qual a idade das/os suas/seus filhas/os

	Idade	Idade	Idade	Idade	Idade				
1º filha/o		2º filha/o		3º filha/o		4º filha/o		5º filha/o	

5) Qual o seu trabalho principal?

6) Você poderia descrever o que você faz nesse trabalho?

7) Onde você mora? Na cidade Em uma comunidade rural

8) Caso você more em uma comunidade, você poderia informar qual o nome dela?

9) Há quanto tempo você vive onde você mora agora _____ anos; _____ meses.

10) Quais você acha que são os três principais problemas que a cidade, ou comunidade onde vive, enfrenta?

Em primeiro lugar: _____

Em segundo lugar: _____

Em terceiro lugar: _____

11) O que você acha que são as 3 principais coisas que poderiam ser feitas para melhorar a vida no lugar onde você vive? (responda o que você acha que seria o principal, o segundo principal e o terceiro principal)

Em primeiro lugar: _____

Em segundo lugar: _____

Em terceiro lugar: _____

12) Você participa de alguma associação ou movimento social? Sim Não

13) Se você respondeu sim à questão acima, com que frequência você participa de reuniões ou atividades dessa associação/movimento social?

Vai sempre às reuniões/atividades das associações/movimentos Vai algumas vezes

Quase não vai Nunca vai

14) Se você disse que quase não vai ou nunca vai em reuniões/atividades das associações/movimentos, quais os três principais motivos para participar pouco?

Em primeiro lugar: _____

Em segundo lugar: _____

Em terceiro lugar: _____

15) O que poderia ser feito para que você pudesse participar mais nas decisões da comunidade?

Em primeiro lugar: _____

Em segundo lugar: _____

Em terceiro lugar: _____

16) O que você acha que poderia ser feito para conservar a floresta no entorno da comunidade na qual você vive?

17) Você está satisfeita/o com a consulta?

Sim, estou muito satisfeita/o Sim, estou satisfeita/o Não estão nem satisfeita nem insatisfeita/o

Não, estou insatisfeita/o Não, estou muito insatisfeita/o

18) Se você está insatisfeita/o ou muito insatisfeita/o, você poderia dizer resumidamente porquê?

19) Você acha que a sua opinião foi ouvida? Sim Não

20) Se você acha que a sua opinião não foi ouvida, porque você acha que isso aconteceu?

GLOSSÁRIO

REDD+: REDD+ remete a um conjunto de incentivos financeiros, criados no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para recompensar regiões, estados e países em desenvolvimento por seus resultados de Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal, considerando o papel da conservação e aumento de estoques de carbono florestal e o manejo sustentável de florestas (BRASIL, 2016).

REDD+ jurisdicional: o conceito remete a um tipo de sistema de REDD+ localizado em regiões ou estados, em detrimento da captação de recursos por sistemas nacionais.

Salvaguardas de Cancun: São as salvaguardas a serem observadas em iniciativas de REDD+. Elas têm como objetivo garantir que políticas relacionadas ao REDD+ respeitem os direitos de mulheres, povos indígenas, agricultoras(es) familiares e outras(os) moradoras(es) das áreas de floresta. Também visa a conservação da biodiversidade, a sustentabilidade dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

Co-benefícios: São chamados de co-benefícios em projetos de REDD+, aqueles benefícios não relacionados à mitigação de emissões de carbono. Esses benefícios podem ser a diminuição da pobreza, aumento da biodiversidade, a redução das desigualdades de gênero no meio florestal, entre outros. (WONG, 2019).

Consentimento livre, prévio e informado (CLPI): O Consentimento Livre, Prévio, e Informado e o direito a ele, se refere à necessidade de governos, ONG e instituições internacionais informarem povos indígenas, comunidades tradicionais e populações vulneráveis sobre projetos que possam ser implementados nos territórios em que vivem.

Gênero: Gênero é um conceito que tem como objetivo “ênfatisar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995: p. 72). Gênero, então, se constituiu como uma categoria que visa ressaltar que, ao contrário de sexo que se baseia na biologia, existem distinções sociais entre homens e mulheres, geralmente associadas a relações de poder e definições normativas sobre o que é feminilidade e masculinidade, definições essas comumente chamadas de “papéis de gênero”.

Assimetrias de gênero: Há uma diferença entre os poderes de homens “mulheres na sociedade. Os homens estão numa posição dominante enquanto as mulheres

estão numa posição subalterna. Esta assimetria de gênero (masculino e feminino) é reforçada por estereótipos e preconceitos e reproduzida em nossa sociedade” (HEILBORN et al: p. 82).

Autodeterminação: É um princípio relacionado aos direitos humanos que, em linhas gerais, aponta para a necessidade de se assegurar que todos os povos têm o direito de se autogovernar, de tomar decisões e escolhas sem interferência externa. O conceito de autodeterminação também pode e deve ser utilizado ao falar da capacidade das pessoas em tomarem decisões tanto coletivas como individuais de forma autônoma.

Inclusão/Inclusividade: Quando se fala em inclusão ou inclusividade, remete-se à necessidade ou a capacidade de uma política, projeto ou ação garantir a participação do maior número de pessoas possíveis na construção das mesmas. Assim como a democracia, a inclusão surge como um valor a ser almejado, na medida em que respeita a autodeterminação das populações que possam vir a serem afetadas por decisões tomadas por organizações e instituições que atuam em seus territórios.

Interseccionalidade/Interseccional: O conceito de interseccionalidade aponta para o entrecruzamento das desigualdades de gênero e raça. Visa incluir questões raciais nos debates de gênero e vice-versa. Também podem ser inseridas nesse arcabouço as desigualdades de classe, geração, orientação sexual ou territorialidade, entre outros. “É na interseção, cruzamento e coexistência das discriminações, que as desigualdades se potencializam” (HEILBORN et al: p.51).

Integração de gênero: o termo integração de gênero surge da tentativa de tradução do termo inglês gender mainstreaming. Ele não tem tradução literal para a língua portuguesa, o que leva a várias traduções livres, entre elas a de “transversalidade de gênero”. Trata-se de uma estratégia de inserção da perspectiva de gênero no curso da ação estatal que aos poucos foi se popularizando como uma boa prática na garantia da proteção dos direitos das mulheres seja no âmbito do estado, como no das instituições internacionais e ONGs. Promover a integração de gênero é garantir que as atividades desenvolvidas serão executadas de forma atenta a como as assimetrias de gênero podem impactar os resultados almejados.

Violência baseada em gênero: é um tipo de violência física, psicológica ou de outra natureza, que tem como gatilho comportamentos socialmente construídos e reproduzem assimetrias de poder entre mulheres e homens. Como é comum afirmar ao se definir o feminicídio – quando esse tipo de violência leva ao óbito – que a violência baseada em gênero é aquela que ocorre quando a mulher é violentada por ser mulher.



